

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

A NTS apresenta a seguinte infraestrutura por estado:

Estado	Ponto de Recebimento	Instalação de Compressão	Ponto de Entrega	Extensão de Gasodutos
Rio de Janeiro	4	1	18	696,6 km
Minas Gerais	0	2	10	474,6 km
São Paulo	5	3	16	878,7 km

Entregas de gás

Além da grande extensão e da capilaridade existente na região Sudeste, é importante observar que nesta região estão os estados com maior consumo de gás do país. Os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo demandaram aproximadamente 53% e 35% de todo o gás entregue pela NTS, respectivamente.

No gráfico a seguir, são apresentados os volumes médios mensais entregues nos estados da Região Sudeste.

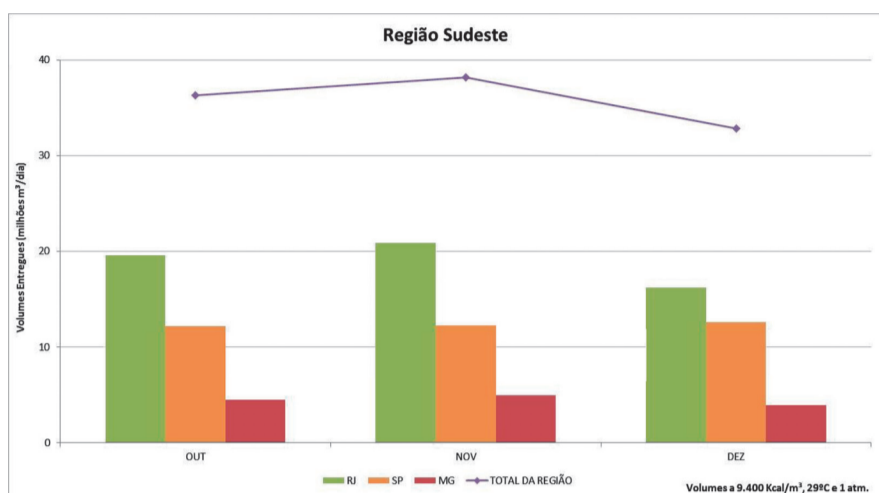


Gráfico 2 - Volumes Médios Mensais Entregues nos Estados da Região Sudeste

No ano de 2016, em relação aos volumes entregues ao mercado, a média foi de 35,7 milhões m³/dia e o recorde diário ocorreu em 18 de novembro, com o volume entregue de 43,6 milhões m³.

4.2. INVESTIMENTOS

Os investimentos no exercício social de 2016 totalizaram R\$ 0,9 milhões, contabilizados após 24/10/2016, quando da reestruturação societária da NTS, contemplando os esforços na adequação e manutenção da malha de gasodutos e na implantação, adequação e modernização de novos pontos de entrega.

Em destaque as seguintes realizações:

Continuidade das ações para contratação dos serviços de estabilização do túnel do GASDUC III.

Conclusão do processo licitatório para adequação dos Pontos de Entrega PE REDUC e PE Termorio II e em fase final do processo licitatório do PE Ibirité e ECV Tapinhoã.

Realização de projetos básicos e executivos para outras instalações de Gás Natural, visando atendimento da conformidade legal, integridade e segurança, garantia operacional, otimização e modernização dentre os quais se destaca os seguintes: substituição de Computadores de Vazão, adequação dos sistemas de medição dos pontos de entrega, substituição de válvulas, atendimento a Norma Regulamentadoras Brasileira, padrões técnicos ou melhores práticas de engenharia e operacionais da NTS, novo Ponto de Entrega Cubatão II e adequação do Ponto de Entrega e Recebimento da RPBC.

5. CONTRATOS DE TRANSPORTE

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Por se tratar de uma atividade de capital intensivo e com característica de infraestrutura, o retorno dos investimentos realizados pela transportadora na construção dos gasodutos é garantido contratualmente, independentemente das eventuais flutuações da demanda de transporte de gás. Assim, os Contratos de Transporte contam com cláusula de Encargo de Capacidade Não Utilizada (*Ship-or-Pay*), ou seja, condição contratual que garante ao transportador uma receita calculada com base na capacidade de transporte contratada, independente do volume efetivamente movimentado.

Em 24 de outubro de 2016, foi realizada a reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas, que teve como consequência o aporte dos ativos de propriedade da TAG localizados na região Sudeste, exceto Espírito Santo, e a cessão dos contratos de transporte GASDUC III, GASTAU, Malha Sudeste, Novo Sistema de Transporte (Malhas II) e Paulínia-Jacutinga para a NTS.

A partir da referida data, a NTS passou a ser signatária dos seguintes contratos de transporte em vigor: Malha Sudeste, Novo Sistema de Transporte (Malha Sudeste II), Paulínia-Jacutinga, GASDUC III e GASTAU, todos assinados com a Petrobras, na qualidade de carregador.

5.1. CONTRATO MALHA SUDESTE

A NTS era integrante do Consórcio Malhas, constituído em 01/07/2003, com o objetivo de promover a expansão da infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

O Consórcio é formado por: TAG, NTN e NTS - estas duas responsáveis pelos investimentos em novos gasodutos na Malha Nordeste e Sudeste, respectivamente, e controladas diretamente da TAG, desde 15/12/2014 - e pela TRANSPETRO, responsável pela operação e manutenção dos gasodutos.

Após a reestruturação societária TAG e do Consórcio Malhas, a NTS deixou de fazer parte do Consórcio Malhas, restando apenas a TAG, NTN e Transpetro.

O Contrato Malha Sudeste, cedido para a NTS em 24/10/2016, possui vigência de 20 (vinte) anos, tendo iniciado o faturamento em 01/01/2006, com término previsto para 31/12/2025, e engloba os seguintes gasodutos e ramais:

- Gasoduto GASVOL (REDUC - Volta Redonda)
- Gasoduto GASPAL (Volta-Redonda-RECAP)
- Gasoduto GASAN (RECAP-RPBC)
- Gasoduto GASBEL (REDUC-REGAP)
- Gasoduto GASCAR (Campinas - Japeri)
- RAMAL ESVOL-TEVOL
- RAMAL DE CAMPOS ELÍSEOS - 20" (Campos Elíseos - Anel de Gás Residual)
- RAMAL DE CAMPOS ELÍSEOS - 16" (Trecho remanescente do GASDUC I)

A capacidade contratada é de 43,8 milhões m³/dia, tendo atingido a movimentação média de 27,8 milhões m³/dia, no período de 24/10/2016 a 31/12/2016.

5.2. CONTRATO MALHA SUDESTE II

O Contrato de Transporte para o Novo Sistema de Transporte abrange os gasodutos Japeri-Reduc (RJ), GASBEL II (RJ/MG), GASPAL II (SP) e GASAN III(SP).

O contrato teve seu início em 01/12/2009, com a entrada em operação do gasoduto Japeri-Reduc, e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos a contar da entrada em operação de sua última instalação (GASAN II), que ocorreu em 14 de outubro de 2011.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

Em 2016, a capacidade contratada foi de 49,4 milhões m³/dia.

A movimentação média, no período de 24/10/2016 a 31/12/2016, foi de 3,0 milhões m³/dia, haja vista que o cômputo da movimentação deste contrato só considerou os volumes de gás natural efetivamente entregues nos Pontos de Entrega Duque de Caxias, UTE Baixada Fluminense e São Bernardo do Campo II.

5.3. CONTRATO PAULÍNIA-JACUTINGA

O Contrato de Transporte para o gasoduto Paulínia-Jacutinga teve seu início em 15/01/2010 e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos, com término previsto para 14/01/2030.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

A capacidade contratada é de 5,0 milhões m³/dia. A movimentação média de gás, no período de 24/10/2016 a 31/12/2016, foi de 266 mil m³/dia.

5.4. CONTRATO GASDUC III

O Contrato de Transporte para o gasoduto GASDUC III teve seu início de operação comercial declarado em 12/11/2010 e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos, com término previsto para 11/11/2030.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

A capacidade contratada é de 40,0 milhões m³/dia, sendo que, no período de 24/10/2016 a 31/12/2016, o volume médio movimentado foi de 12,8 milhões m³/dia.

5.5. CONTRATO GASTAU

O Contrato de Transporte para o Gasoduto Caraguatuba-Taubaté - GASTAU foi celebrado e entrou em operação comercial em 1º de dezembro de 2011, com vigência de 20 (vinte) anos e término previsto para 30/11/2031.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

Com capacidade contratada de 20,0 milhões m³/dia, o gasoduto permite o escoamento do gás da Bacia de Santos para a Malha Sudeste, tendo apresentado uma movimentação média de 14,7 milhões m³/dia, no período de 24/10/2016 a 31/12/2016.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E EBITDA

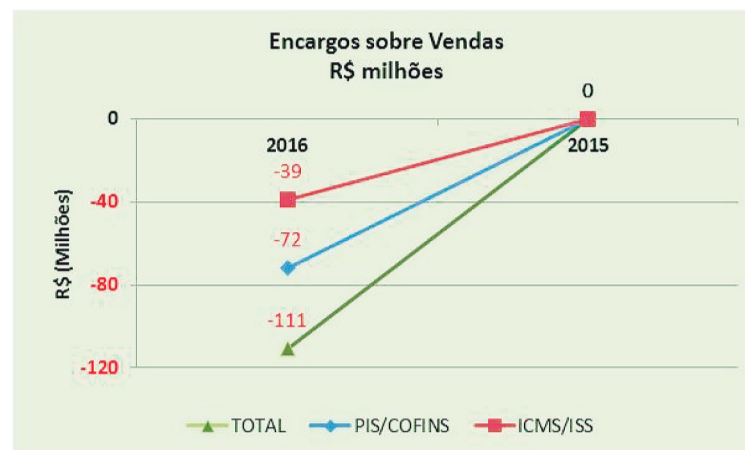
Em 2016, a NTS apresentou Lucro Líquido de R\$ 967 Milhões ante o valor de R\$ 214 Milhões do ano anterior. A variação decorre principalmente pelo resultado positivo de variação cambial incidente sobre o estoque da dívida financeira. O EBITDA alcançou 298 Milhões.

6.2. RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Bruta do exercício social de 2016 foi de R\$ 880 Milhões. Em 2015, a empresa não apresentou receita operacional, visto que sua atividade era registrada como *leasing* financeiro.

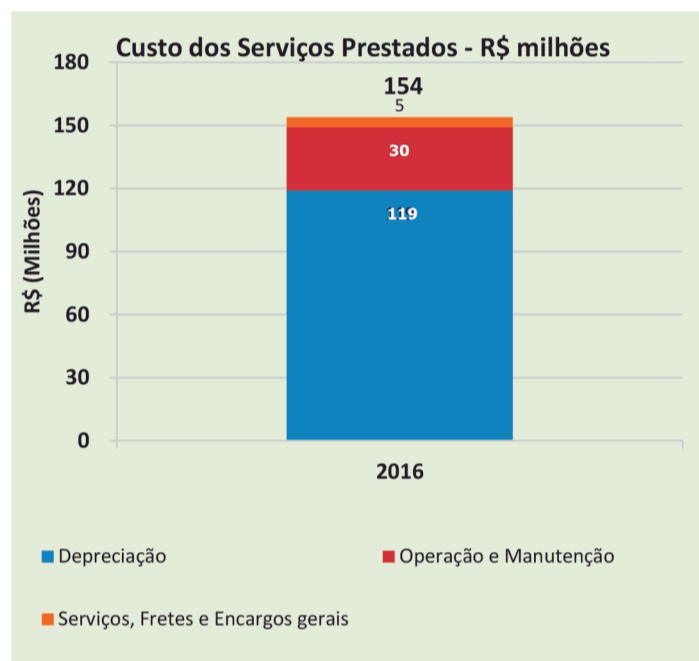
6.3. ENCARGOS SOBRE VENDAS

Em 2016, os Encargos sobre Vendas somaram R\$ 111 Milhões, distribuídos em R\$ 72 Milhões no âmbito federal (PIS/COFINS) e R\$ 39 Milhões nas esferas estadual e municipal (ICMS/ISS). Em 2015, a empresa não apresentou encargos sobre vendas, visto que sua atividade era registrada como *leasing* financeiro.



6.4. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 154 Milhões, correspondendo a 20% da Receita Operacional Líquida. Em 2015, a empresa não apresentou resultado de custo dos serviços prestados, visto que sua atividade era registrada como *leasing* financeiro.



6.5. DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

As Despesas Gerais e Administrativas alcançaram o valor de R\$ 5 Milhões *vis-à-vis* o montante de R\$ 1 Milhão apresentado em 2015.

As Despesas Tributárias totalizaram o montante de R\$ 386 Milhões, decorrente de tributos sobre a receita financeira e do imposto de renda sobre remessa de juros, proveniente das notas promissórias transferidas pela TAG na reestruturação societária.

6.6. RESULTADO FINANCEIRO

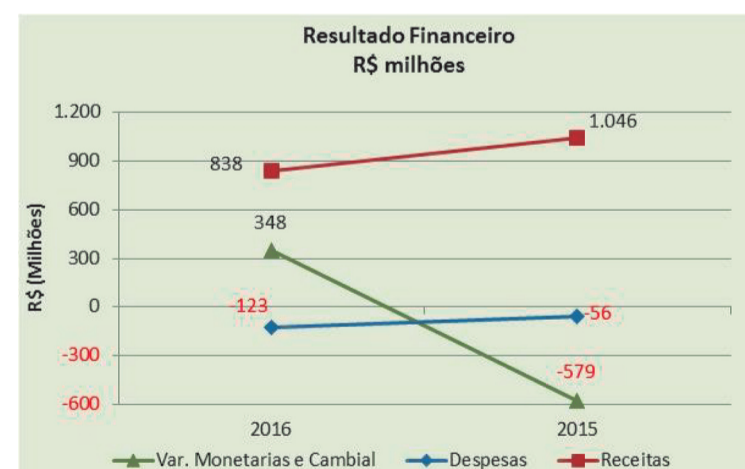
O Resultado Financeiro positivo totalizou R\$ 1.063 Milhões, afetado principalmente pela receita financeira e pela variação cambial incidente sobre o estoque da dívida financeira atrelado à moeda norte americana, que teve uma desvalorização frente ao real de 17% no ano de 2016.

Destaca-se que a NTS não realiza *hedge* financeiro, uma vez que o gerenciamento de risco cambial é realizado corporativamente pela sua controladora, de forma integrada ao Sistema Petrobras.

Em 2016, as Despesas Financeiras totalizaram R\$ 123 Milhões ante R\$ 56 Milhões do ano anterior.

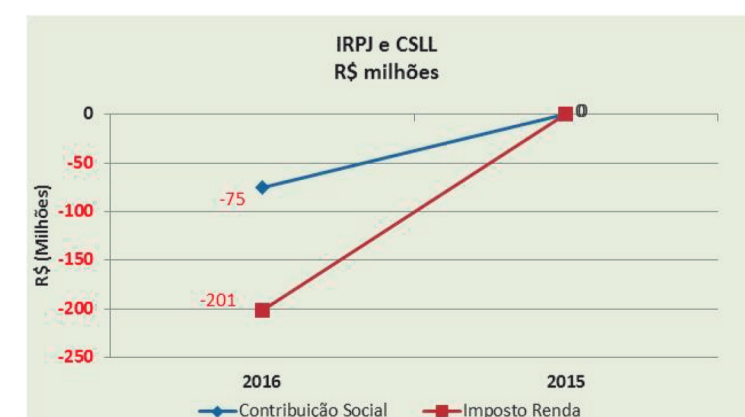
As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 838 Milhões ante R\$ 1.046 Milhões do ano anterior.

A variação cambial alcançou receita de R\$ 348 Milhões versus despesa de R\$ 579 Milhões no ano de 2015, devido à valorização do real frente ao dólar (17%) ocorrida no ano de 2016.



6.7. IRPJ E CSLL

O montante de IRPJ/CSLL apurado no exercício de 2016 totalizou o valor de R\$ 276 Milhões.



6.8. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

A NTS encerrou o exercício social de 2016 com Saldo de Caixa adicionado do valor relativo às quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - de R\$ 540 Milhões.

Em 31/12/2016, o Ativo Imobilizado registrou o montante de R\$ 9.229 Milhões.

No encerramento do exercício social de 2016, a NTS apresentou endividamento de R\$ 5.842 Milhões ante R\$ 1.909 Milhões em 2015, sendo todo o valor registrado no curto prazo.

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	569	Financiamentos	14	5.842.492	1.909.097
Contas a receber, líquidas	9	1.342.719	1.397.001	Fornecedores	13	81.059	42.026
Impostos e contribuições	16.1	59.711	232.143	Impostos e contribuições	16.1	244.784	84.533
		1.402.431	1.829.713	Dividendos propostos	19.4	364.497	–
						6.532.832	2.035.656
Não circulante				Não circulante			
Adiantamento à consorciada	10	51.719	51.719	Provisão para processos judiciais	25.1	7.340	817
Depósitos judiciais	25.2	4.243	4.622	Receitas diferidas	17	25.838	45.349
Depósitos vinculados	11	13.462	–	Imposto de renda e contr. Social diferidos	16.2	22.892	–
Impostos e contribuições	16.1	7	–	Provisão para compensação ambiental	18	36.526	–
		69.431	56.341			92.596	46.166
Imobilizado	12	9.228.945	–	Patrimônio líquido	19		
Intangível		13	–	Capital social		2.312.329	3.486
		9.228.958	–	Prejuízos acumulados		–	(199.254)
				Transação de capital		1.360.199	–
				Reservas de lucros		402.864	–
						4.075.392	(195.768)
		10.700.820	1.886.054			10.700.820	1.886.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2016	2015
Receitas de Serviços	20	768.900	–
Custos dos serviços prestados	21	(153.467)	–
Lucro bruto		615.433	–
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	21	(5.101)	(713)
Despesas tributárias	21 e 22	(386.458)	(208.433)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(44.749)	12.239
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		179.125	(196.907)
Resultado financeiro líquido	24	1.063.469	411.110
Receita financeira		838.220	1.045.902
Despesa financeira		(122.746)	(55.692)
Variações monetárias e cambiais líquidas		347.995	(579.100)
Lucro antes dos impostos		1.242.594	214.203
Imposto de renda e contribuição social	16.3	(253.087)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.3	(22.892)	–
		(275.979)	–
Lucro do exercício		966.615	214.203
Lucro líquido por lote de mil ações (em R\$)		0,42	61

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Transação de capital	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.486	–	–	–	(413.457)	(409.971)
Lucro líquido	–	–	–	–	214.203	214.203
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.486	–	–	–	(199.254)	(195.768)
Aumento de capital (nota 19.1)	2.308.843	–	–	–	–	2.308.843
Contribuição adicional de capital (nota 19.3)	–	1.360.199	–	–	–	1.360.199
Lucro líquido	–	–	–	–	966.615	966.615
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reservas	–	–	38.368	–	(38.368)	–
Dividendo (nota 19.4)	–	–	–	364.496	(728.993)	(364.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.312.329	1.360.199	38.368	364.496	–	4.075.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	966.615	214.203
Ajustes para:		
Ajuste a valor presente dos compromissos contratuais	(653.825)	(938.487)
Amortização do diferido e receitas diferidas	(19.511)	(15.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	22.892	–
Provisão para processos judiciais	6.523	(16.565)
Reversão de arrendamento mercantil financeiro	72.668	–
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(184.636)	(106.895)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e outras	(185.833)	653.702
Depreciação e amortização	118.819	–
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	168.829	1.009.635
Outros ativos	(13.090)	(887)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	39.033	(657)
Impostos e contribuições	332.682	(183.287)
Outros passivos	36.526	–
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	707.691	615.121
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(2.605)	–
Resgate (investimento) em recebíveis de ativos financeiros	916.512	(615.092)
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	913.907	(615.092)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de Financiamentos	(1.622.167)	–
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(1.622.167)	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(568)	29
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	569	540
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2016	2015
Receitas		
Serviços e outras receitas	880.555	–
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(85.212)	15.236
Valor adicionado bruto	795.343	15.236
Retenções		
Depreciação e amortização	(99.309)	15.641
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	696.034	30.877
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras – inclui variações monetárias e cambiais	1.166.770	1.045.937
Valor adicionado a distribuir	1.862.804	1.076.814
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	678.684	208.433
Estaduais	94.693	–
	773.377	208.433
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias e cambiais	122.811	654.178
Acionistas		
Dividendos	364.497	–
Lucros retidos	602.118	214.203
Valor adicionado distribuído	1.862.804	1.076.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Transportadora do Sudeste S.A. ("NTS" ou "Companhia"), constituída em 15 de janeiro de 2002, tem como objeto social a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região Sudeste do Brasil.

Para atender a seu objetivo, em 01 de julho de 2003, foram celebrados contratos que constituíram (*Consortium Formation Agreement* - CFA) o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste - Consórcio Malhas, composto, pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS e Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN que deteriam a propriedade de determinados gasodutos a serem construídos com recursos oriundos de financiamento, bem como pela Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS (incorporada pela Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG), empresa líder do consórcio à época, controlada da Petrobras, que entraria com ativos já existentes e pela Transpetro.

Adicionalmente, foi celebrado o Contrato de Operação do Consórcio (*Consortium Operation Agreement* - COA), que determinava o critério de rateio para o faturamento mensal dos serviços de transporte prestados pelos consorciados junto à Petrobras. O faturamento da NTS e da NTN considerava suas necessidades de caixa para pagamento do serviço da dívida adquirida para a formação dos ativos (gasodutos) que integram o Consórcio Malhas.

Em 1º de janeiro de 2006, as empresas consorciadas declararam o início de operação do Consórcio Malhas após a Declaração da Data de Início da Operação Comercial ("DIOC"). O Consórcio iniciou seu faturamento à Petrobras, considerando sua capacidade de transporte efetiva, com base nos gasodutos que se encontram ou não construídos independentemente de suas condições de operação.

Em 15 de dezembro de 2014, a TAG, subsidiária da Petrobras, exerceu o direito da opção de compra da totalidade das ações da NTS, passando a ser sua controladora direta.

2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 21 de outubro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na NTS que aprovou o aporte de capital com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, e condicionando a sua efetivação a emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis - ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que permitiria a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados.

O acervo líquido, no valor de R\$ 2.308.843 era composto por ativos localizados na região Sudeste do país (R\$ 8.050.238), com exceção do Sistema Gasene, e dívida (R\$ 5.741.395) representada pelas notas promissórias emitidas em favor da PGT.

Nessa mesma data, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na TAG que aprovou a redução do seu capital social, mediante a transferência da totalidade das suas ações na NTS para a Petrobras, condicionada a conclusão do aumento de capital.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP, emitiu as autorizações de operação provisórias, tornando eficazes aos atos societários constantes nos parágrafos anteriores, passando a Petrobras controlar diretamente a NTS.

Em 24 de outubro de 2016, foram celebrados o sétimo aditivo ao Contrato de Formação do Consórcio - CFA que excluiu a NTS do Consórcio Malhas e o sexto aditivo ao Contrato de Operação do Consórcio com a cessão do contrato de transporte de gás natural, relativo à Malha Sudeste, do Consórcio Malhas para a NTS.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência do aporte líquido, os seguintes contratos foram cedidos pela TAG para a NTS:

- Malha Sudeste para 43,8 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- Malha Sudeste II para 49,4 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031;
- Paulínia-Jacutinga para 5,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- Gasduc III para 40,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- Gastau para 20,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031. A operação e a manutenção dos gasodutos da NTS são realizadas pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro.

Em razão da mudança de contratos que regiam o Consórcio Malhas Sudeste em 24 de outubro de 2016, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi realizada a reavaliação, conforme disposto na ICPC 03, da classificação dos acordos entre NTS e Petrobras quanto à existência de um arrendamento mercantil, tendo em vista que houve alterações nos termos dos contratos de formação e operação do consórcio.

As operações realizadas deixaram de ter característica de arrendamento mercantil financeiro, passando a ser consideradas como prestação de serviço.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2016, excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 5.130.401. Seus excessos de passivos estão concentrados substancialmente em suas dívidas (nota 14). Cabe destacar que, na oferta da Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, para a aquisição de 90% das ações da NTS (nota 2.1), está acordado que a NTS emitirá debêntures conversíveis, com vencimento no curto e longo prazo, que serão subscritas pelo FIP. Os recursos oriundos dessa operação serão utilizados para a quitação integral da dívida com a PGT.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2.1. Venda de participação na NTS

Em 30 de novembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras aprovou a venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são British Columbia Investment Management Corporation (BCIMC), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC) e GIC Private Limited (GIC), sendo a efetivação da operação condicionada ao atendimento de condições precedentes.

Em 10 de fevereiro de 2017, a 2ª Vara da Justiça Federal de Sergipe concedeu liminar, em ação popular, determinando a suspensão da alienação, a Petrobras tomou as medidas cabíveis para reversão desta decisão.

Em 9 de março de 2017, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, suspendeu a liminar que determinava a paralisação da alienação e com a decisão favorável do referido Tribunal, permitindo a Petrobras a prosseguir com esta operação de venda.

Cabe destacar que a alteração do controle decorrente da alienação, não impactará as operações comerciais vigentes entre NTS e a Petrobras.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da NTS é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. “OPERAÇÃO LAVA JATO” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo *esquema de pagamentos indevidos*, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras (controladora). Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. A Petrobras não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do *esquema de pagamentos indevidos* descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Ex-executivos da Petrobras (Controladora) foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o *IAS 16 (Property, plant and Equipment)*, que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do *esquema de pagamentos indevidos*, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no exercício de 2014 a TAG reconheceu uma baixa de gastos capitalizados, referentes a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados na malha Sudeste posteriormente transferidos da TAG para a NTS, no montante de R\$ 179.

Como descrito a seguir, a Petrobras (Controladora) tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Petrobras (Controladora), que não é um dos alvos das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida formalmente pelas Autoridades Brasileiras como vítima do *esquema de pagamentos indevidos*, prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao *esquema de pagamentos indevidos* e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão

que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

4.1. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos gastos adicionais impostos nos contratos com as empreiteiras e fornecedores ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras (Controladora) desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do *esquema de pagamentos indevidos* foi de 2004 a abril de 2012.
- Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao *esquema de pagamentos indevidos* ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente reconhecida em 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

5.1. Instrumentos financeiros

5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

5.1.3. Financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

5.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

5.3. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões e *softwares*.

5.4. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

5.5. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente a maioria dos riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem um contas a receber é constituído pelo valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

5.6. Receitas diferidas

Apresentam os resultados financeiros positivos e as variações cambiais líquidas (quando credores), incorridos na fase pré-operacional de construção de ativos imobilizados até 30 de novembro de 2008 (data de início das operações) e que serão amortizados a uma taxa de 10% ao ano.

5.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.8. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), cujos efeitos nas demonstrações contábeis não foram materiais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por entidade contribuinte.

5.9. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

5.10. Reconhecimento de receitas, custo e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural (nota explicativa 1), que inclui cláusulas de "ship-or-pay", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, os encargos de arrendamentos financeiros, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela TAG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 25.

6.2. Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 4, no aporte realizado pela TAG, havia ativos em que foram reconhecidas baixas contábeis de R\$ 179 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, foi utilizada a metodologia da Petrobras (Holding) descrita na nota explicativa 4. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao *esquema de pagamentos indevidos*, e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

a) CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa e bancos	1	2
Aplicações Financeiras de curto prazo	–	567
	1	569

9. CONTAS A RECEBER

9.1. Contas a receber, líquidas

	2016	2015
Clientes		
Terceiros	–	–
Partes relacionadas (nota 15)	802.344	–
Arrendamento mercantil financeiro (nota 2)	–	324.750
Receíveis de ativos financeiros	540.375	1.272.251
	1.342.719	1.597.001

9.2. Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "emprestimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 26.

10. ADIANTAMENTO À CONSORCIADA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo de adiantamento à consorciada Petrobras era de R\$ 51.719, e destina-se a futuros reembolsos de custos operacionais, ou serviços e ativos a serem transferidos para a Companhia. A realização destes adiantamentos ocorrerá através da prestação de contas entre as partes.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo R\$ 13.462, refere-se às contas poupança mantidas no Banco do Brasil para compensação ambiental e que serão utilizados conforme solicitação dos órgãos ambientais.

12. IMOBILIZADO

	Edificações e benfeitorias	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	–	–	–	–
Adições (*)	9.079	11.676.816	57.613	11.743.508
Depreciação	(2.532)	(2.512.031)	–	(2.514.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.547	9.164.785	57.613	9.228.945
Custo	9.079	11.676.816	57.613	11.743.508
Depreciação acumulada	(2.532)	(2.512.031)	–	(2.514.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.547	9.164.785	57.613	9.228.945
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	16 a 30	até 30		

(*) Inclui aporte da TAG no montante de R\$ 8.050.238.

Conforme nota 2, Assembleia Geral Extraordinária – AGE na NTS aprovou o aporte de capital com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, composto por ativos localizados na região Sudeste do país (R\$ 8.050.238), com exceção do Sistema Gasene.

A malha de gasodutos da NTS é composta pelos seguintes trechos:

GASTAU

O Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté (GASTAU), com 98 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Processamento de Gás Natural Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do Médio Paraíba, ao Gasoduto Campinas Rio e ao restante da malha Sudeste.

GASDUC III

O Gasoduto Cabuínas-REDUC (GASDUC III), 180 km de extensão e 38 polegadas de diâmetro, é o maior gasoduto em diâmetro da América do SUL e tem a maior capacidade de transporte (40 milhões m³/dia) entre os gasodutos brasileiros. O GASDUC III é composto de uma linha tronco com 180 km de extensão.

GASPAJ

O Gasoduto Paulínia Jacutinga (GASPAJ), com 93 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, tem por objetivo atender à demanda de gás natural da região Sul do estado de Minas Gerais. O gasoduto tem origem na cidade de Paulínia/SP, onde se interligam os gasodutos Paulínia Jacutinga, Campinas-Rio (GASCAR), REPLAN- Guararema do Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), bem como o Ponto de Entrega REPLAN.

MALHA SUDESTE

A malha Sudeste é composta por cinco gasodutos e dois ramais:

GASAN

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN), com 41,6 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro interliga o município de Capuava/SP ao município de Cubatão/SP.

GASCAR

O Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR), com 453 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, tem por objetivo aumentar a capacidade de escoamento de gás boliviano para o Rio de Janeiro. O gasoduto se inicia na Refinaria do Planalto (REPLAN), na cidade de Paulínia/SP, até o município de Japeri/RJ, onde se interliga aos gasodutos GASVOL e GASJAP, ambos no estado do Rio de Janeiro.

GASPAL

O Gasoduto ESVOL-RECAP (GASPAL), com 325,5 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Pirai/RJ e termina no município de Mauá/SP.

GASVOL

O Gasoduto REDUC-ESVOL (GASVOL), com 95 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina no município de Volta Redonda/RJ, possuindo, ainda, um ramal de 5,5 KM de extensão dentro do município de Volta Redonda/RJ.

GASBEL I

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte I (GASBEL I), com 357 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e terminal na Refinaria Gabriel Passos, na cidade de Betim/MG.

Ramal de Campos Elíseos 16"

O Ramal de Campos Elíseos, com 2,7 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, localiza-se no município de Duque de Caxias/RJ.

MALHA SUDESTE II

A malha Sudeste é composta por quatro gasodutos:

GASJAP

O Gasoduto Japeri-REDUC (GASPAJ), com 45 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Japeri/RJ e termina no município de Duque de Caxias/RJ, interligando o Hub Caxias ao Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR). O Gasoduto possui uma Estação de Compressão (ECOMP) em Campos Elíseos.

GASAN II

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN II), com 39 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Mauá/SP e termina no município de São Bernardo do Campo/SP, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASPAL II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GAPAL II

O Gasoduto Guararema-Mauá (GASPAL II), com 54 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Guararema/SP e termina no município de Mauá/SP, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASAN II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASBEL II

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II), com 267 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Volta Redonda/RJ e termina no município de Queluzito/MG, ampliou a oferta de gás natural para o estado de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço.

13. FORNECEDORES

	2016	2015
Terceiros no país	9.067	20
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	71.992	42.006
Saldo total no Passivo Circulante	81.059	42.026

14. FINANCIAMENTOS

Os valores nominais dos financiamentos a pagar estão mencionados a seguir e estão sujeitos a variações cambiais do dólar norte-americano, cujos saldos estão convertidos para reais com base na taxa de fechamento de R\$ 3,2591 (R\$ 3,9048 em 2015) e às taxas de juros variáveis. Os financiamentos foram obtidos para custear o investimento na construção de ativos imobilizados.

As movimentações dos saldos dos financiamentos são apresentadas a seguir:

Circulante	2016	2015
Parcela circulante de endividamento de longo prazo	1.909.097	1.255.395
Juros provisionados	118.104	55.216
Varição cambial	(303.937)	598.486
Adição por aporte de acervo líquido da TAG (nota explicativa 2)	5.741.395	–
Amortização	(1.622.167)	–
Total	5.842.492	1.909.097

Está representado por notas promissórias pertencem a uma classe exclusiva da Petrobras Global Trading BV - PGT BV, uma empresa do Sistema Petrobras, com vencimentos em setembro de 2017.

14.1. Garantias

As garantias para os financiamentos estão representadas basicamente por contratos de penhor, de alienação judiciária dos ativos da Companhia, de penhor de primeiro grau das contas locais do Consórcio do Projeto Malhas e de penhor das ações da Companhia.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 26 - Instrumentos financeiros.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petróleo Brasileiro S.A.	Petrobras Transportes S.A.	Petrobras Global Trading	2016	2015
Resultado					
Receitas, principalmente de serviços	768.900	–	–	768.900	–
Custos com serviços de operação/manutenção de gasodutos	–	(30.045)	–	(30.045)	–
Receita arrendamento mercantil	653.825	–	–	653.825	938.487
Variações monetárias líquidas	–	–	303.931	303.931	(598.486)
Despesas financeiras líquidas	–	–	(118.098)	(118.098)	(55.216)
	1.422.724	(30.045)	185.833	1.578.513	284.785

Ativo

Contas a receber por transporte de gás natural	802.344	–	–	802.344	–
Arrendamento mercantil financeiro	–	–	–	–	324.750
Adiantamento à consorciada	51.719	–	–	51.719	51.719
	854.063	–	–	854.063	376.469

Passivo

Fornecedores vinculados à construção de gasodutos	41.947	–	–	41.947	41.712
Fornecedores vinculados à operação/manutenção de gasodutos	–	30.045	–	30.045	–
Financiamentos	–	–	5.842.492	5.842.492	1.909.097
Dividendos propostos	364.497	–	–	364.497	–
	406.444	30.045	5.842.492	6.278.981	1.950.809

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

15.1. Renumeração dos administradores

Os membros da Diretoria Executiva exercem cumulativamente cargos de direção na Transportadora Associada de Gás – TAG e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

16. TRIBUTOS

16.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2016	2015	2016	2015

No país:					
Imposto de renda	27.635	161.713	-	-	
Contribuição social	23.833	62.686	-	-	
	51.467	224.399	-	-	

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015

Impostos no país:						
ISS	-	-	-	-	4.743	1.674
IR remessa ao exterior	-	-	-	-	197.099	68.790
ICMS	2.565	2.065	-	-	9.424	-
PIS/COFINS	5.679	5.679	7	-	33.107	13.920
Outros impostos	-	-	-	-	411	149
	8.244	7.744	7	-	244.784	84.533

Refere-se ao IR sobre remessa ao exterior do valor da dívida aportada pela TAG, conforme mencionado na nota 2.

A Companhia decidiu alterar o regime fiscal de reconhecimento da variação cambial, passando do regime de caixa para competência, para o ano de 2016. Como consequência imediata, teve que reconhecer os valores diferidos no LALUR na apuração fiscal do ano que antecede a opção, ou seja, exercício de 2015. Com esta mudança, a Companhia, que havia antecipado IR/CSLL até novembro de 2015 em função do lucro fiscal apurado por estimativa, passou a apresentar um prejuízo fiscal no exercício de 2015. Com isso as antecipações de IR e CSLL foram consideradas como créditos fiscais, sendo parcialmente realizado em 2016.

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está representada a seguir:

	Imobilizado	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Provisão para gastos ambientais	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	17	205.173	(177)	205.013
Reconhecido no resultado do exercício	(134.103)	2.218	(108.495)	12.475	(227.905)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	(134.103)	2.235	96.678	12.298	(22.892)
Impostos diferidos ativos	-	-	-	-	205.190
Impostos diferidos passivos	-	-	-	-	(177)
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	205.013
Impostos diferidos ativos	-	-	-	-	111.211
Impostos diferidos passivos	-	-	-	-	(134.103)
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(22.892)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Em 2015, os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não era provável, naquelas circunstâncias, que os lucros tributários futuros estariam disponíveis para que a Sociedade pudesse utilizar os benefícios destes impostos.

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2017	96.678	-
2018 em diante	14.533	134.103
	111.211	134.103

16.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	1.242.594	214.203
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(422.482)	(72.829)

Ajustes para apuração da alíquota efetiva:

Variação cambial realizada	-	254.824
(Exclusões)/Adições permanentes, líquidas	58.579	172.640
Prejuízo fiscal reconhecido	87.924	-
Imposto de renda e contribuição social	(275.979)	354.635

Provisão para realização de prejuízos fiscais e base negativa	-	(354.634)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(253.087)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.892)	-
	(275.979)	-

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social 22% 0%

(*) A alíquota efetiva representa o valor do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro contábil após as adições e exclusões fiscais.

A sociedade decidiu alterar o regime fiscal de reconhecimento da variação cambial, passando do regime de caixa para competência, para o ano de 2016. Como consequência imediata, teve que reconhecer os valores diferidos no LALUR na apuração fiscal do ano que antecede a opção, ou seja, exercício de 2015. Devido a esta mudança a Sociedade passou a apresentar um prejuízo fiscal no exercício de 2015, não registrado contabilmente por não existir expectativa de realização.

Em 2016, com a reestruturação da Companhia, a administração realizou um estudo evidenciando a capacidade de recuperação do prejuízo fiscal, e o reconheceu contabilmente.

17. RECEITAS DIFERIDAS

	2016	2015
Resultado financeiro positivo	193.516	193.516
Amortização acumulada	(167.678)	(148.167)
	25.838	45.349

Referem-se aos ganhos com variações cambiais oriundas dos financiamentos em moedas estrangeiras para construção do ativo imobilizado e aos ganhos com aplicações financeiras e às variações monetárias sobre os tributos a recuperar, incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme mencionado na Nota 5.6.

18. PROVISÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Refere-se a valores provisionados, no valor de R\$ 36.526, com base na lei federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC, que tem por objetivo de garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e que serão dispendidos conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente – FATMA e o Ministério Público.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 21 de outubro de 2016, a Assembleia Geral de Acionista aprovou o aumento de capital da NTS, de R\$ 3.486 para R\$ 2.312.329, mediante o aporte do acervo líquido da TAG na NTS, composto dos ativos de transporte localizados na região Sudeste do país, com exceção do Sistema Gasene, e dívida representada pelas Notas Promissórias emitidas em favor da PGT.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital subscrito está representado por 2.312.328.578 e 3.486.364 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, com valor nominal R\$ 1,00 (um real) por cada ação, respectivamente.

19.2. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2016 o prejuízo acumulado da Sociedade foi totalmente absorvido pelo resultado do exercício.

19.3. Transações de capital

Refere-se à transação com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento de *leasing* financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas transportadoras de Gás (TAG, NTN e NTS) e o encerramento do Consórcio Malhas, o *Leasing* da Petrobras com as NTS foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$ 1.360.199 registrado como transação de capital.

19.4. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

b) Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$ 728.993 com base no lucro líquido apurado no exercício de 2016. A proposição da administração será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo obrigatório (artigo 202, item I, da Lei nº 6.404/76), no valor de R\$ 364.497, foi reconhecida no passivo circulante e R\$ 364.496, será mantido como "Dividendo Adicional Proposto", no patrimônio líquido até a deliberação da Assembleia.

c) Dividendos propostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os dividendos foram calculados de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e estão assim demonstrados:

	2016
Lucro líquido do exercício	966.615
Prejuízos acumulados	(199.254)
Constituição da Reserva Legal	(38.368)
Lucro básico para determinação do dividendo	728.993
Dividendos obrigatórios	364.497
Dividendos adicionais propostos	364.496

20. RECEITA DE SERVIÇOS

	2016
Receita bruta de serviços	879.841
Encargos sobre serviços	(110.941)
Receita de serviços	768.900

Conforme exposto na Nota 2, tendo em vista que houve alterações nos termos dos contratos de formação e operação do consórcio Malhas, as operações realizadas, entre a NTS e Petrobras, deixaram de ter característica de arrendamento mercantil financeiro, passando a ser considerados como prestação de serviço.

21. DESPESAS POR NATUREZA

	2016	2015
Depreciação e amortização	(118.819)	-
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(9.704)	(533)
Operação e manutenção	(30.045)	-
Tributárias	(386.458)	(208.433)
(Perdas)/Reversão com processos judiciais	(8.371)	16.564
Provisão para gastos ambientais	(36.526)	-
Outros	149	(4.505)
	(589.774)	(196.907)

Na Demonstração do Resultado

Custo dos produtos e serviços prestados	(153.467)	-
Gerais e administrativas	(5.101)	(713)
Tributárias	(386.458)	(208.433)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(44.749)	12.239
	(589.774)	(196.907)

22. Despesas tributárias

	2016	2015
COFINS	111.383	92.534
PASEP	22.027	19.163
ICMS	45.512	49.167
ISS	10.334	13.615
I.R. S/ Remessa de juros ao exterior	192.907	29.628
Outros	4.295	4.326
	386.458	208.433

Refere-se ao IR sobre remessa ao exterior do valor da dívida aportada pela TAG, conforme mencionado na nota 2.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2016	2015
Contingências	(8.372)	16.564
Amortização do diferido	-	(3.710)
Provisão para gastos ambientais (nota 18)	(36.526)	-
Outras	149	(615)
	(44.749)	12.239

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2016	2015
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	184.636	106.895
Receita com arrendamento financeiro	653.825	938.487
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	44.064	19.906
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(241)	-
Juros sobre financiamentos	(118.098)	(55.216)
Multa e juros	(4.648)	(476)
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	303.931	(598.486)
Resultado financeiro líquido	1.063.469	411.110
Receitas	838.220	1.045.382
Despesas	(122.746)	(55.692)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	347.995	(578.580)
	1.063.469	411.110

25. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

25.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2016	2015
Passivo não circulante		
Trabalhistas	2.042	-
Fiscais	5.298	817
	7.340	817
Saldo inicial	817	17.381
Adições (Baixas), líquidas	6.523	(16.564)
Saldo final	7.340	817

25.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2016	2015
Ativo não circulante		
Trabalhistas	39	39
Fiscais	4.204	4.583
	4.243	4.622

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

CNPJ Nº 04.992.714/0001-84 – Empresa do Sistema Petrobras

25.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza:	Estimativa
Tributárias	15.158
	15.158

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista e fiscal, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Prefeitura Municipal de Silveiras	
1) 102.01.2011.00003736-9: Execução Fiscal para cobrança de ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2009.	105
Autor: Prefeitura Municipal de Piracicaia	
2) Processo nº 0501423-29.2012.8.26.0450: Execução Fiscal para cobrança de ISSQN originário nas obras de construção e montagem do gasoduto campinas Rio	486
3) Processo nº 0501512-52.2012.8.26.0450: Execução Fiscal para cobrança de ISSNQ inerente aos serviços prestados pela Petrobras no âmbito do contrato de CMA.	417
Autor: Prefeitura Municipal de São José Barreiro	
4) Lançamento de Ofício 001/10: Lançamento com cobrança de diferenças de ISSQN por recolhimento a menor no período de janeiro de 2006 a março de 2008.	1.160
5) Lançamento de Ofício 040/09: Lançamento com cobrança de encargos de juros e multa por recolhimento de ISS fora do prazo no período de maio de 2005 a setembro de 2007.	571
06) Lançamento de Ofício 033-045/09: Lançamento com cobrança de encargos de juros e multa por recolhimento de ISS fora do prazo no período de maio de 2005 a setembro de 2007.	544
Autor: Receita federal	
1) Processo nº 0082239-33.2016.4.02.5101: Execução Fiscal decorrente do Auto de Infração apondo débito de IRPJ e CSLL, em razão de glosa de despesas não necessárias, referentes a taxa de refinanciamento paga pela empresa em empréstimo no exterior.	9.514
Autor: Receita federal	
2) Processo nº 12448-919.353/2016-81: Homologação Parcial de PER/DCOMP. Aguardando julgamento de 1ª Instância	877
Autor: Diversos	1.484
	15.158

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar

os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

a. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e para pagamento de seus credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em fundos de investimento com liquidez diária e renegociando (quando necessário) o prazo de vencimento de suas dívidas.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactem significativamente seus fluxos financeiros.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de risco. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

c. Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que exposição é o valor dos empréstimos expostos à variação da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016 e que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50% dos valores dos empréstimos, respectivamente, em relação a estas mesmas datas.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenários		
			Provável (*)	Possível	Remoto
Instrumentos	(5.842.492)	dólar	(37.467)	(1.460.623)	(2.921.246)

(*) O cenário provável foi calculado considerando-se a seguinte variação para o risco: Real x Dólar - desvalorização do real em 0,64% e teve como data base projetada para 31/03/2017.

27. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

O seguro contratado refere-se a Responsabilidade Civil Geral, a responsabilidade pela contratação e manutenção é da Petrobras. A importância segurada pela apólice é de US\$ 250 milhões, limite único que abrange todas as empresas do Sistema Petrobras. A apólice possui também uma franquia de US\$ 10 milhões por evento.

Este seguro não cobre ativos físicos em si, mas sim a Pessoa Jurídica de cada empresa por danos causados a terceiros no desempenho de suas atividades que tenham sido obrigadas a pagar a título de indenização em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou através de acordo entre as partes com a anuência explícita da seguradora.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de março de 2017, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, suspendeu liminar que determinava a paralisação da alienação de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são British Columbia Investment Management Corporation (BCIMC), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC) e GIC Private Limited (GIC), com a decisão favorável do referido Tribunal, permitindo a Petrobras a prosseguir com esta operação de venda.

DIRETORIA EXECUTIVA

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS

Diretor Superintendente

ANA PAULA LOPES DO VALE SARAIVA

Diretora

FERNANDO JOSÉ ENNES DE SENNA

Diretor

PAULO LEONARDO MARINHO FILHO

Diretor

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO

Contador

CRC-RJ - 087118/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e administradores
Nova Transportadora do Sudeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Transportadora do Sudeste S. A. ("NTS" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Transportadora do Sudeste S. A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 5.130.401 mil, o que denota a dependência do sucesso de seu plano de substituição da dívida no curto prazo, ou de aporte de seus acionistas controladores. Esta situação suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Transações com o acionista controlador

Adicionalmente, também chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis que descreve que a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender às necessidades das operações e o plano de negócios da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador
CRC 1RJ092563/O-1